

Ofício n.º 079/Gabinete

Unai, 1º de dezembro de 2025.

A Sua Senhoria o Senhor
VEREADOR PROFESSOR DIEGO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça,
Redação e Direitos Humanos

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, dirijo-me à presença de Vossa Senhoria para encaminhar resposta ao Ofício 73/SACOM que informa a diligência relativa ao Projeto de Lei n.º 92/2025, que “transforma cargos, institui nova tabela de vencimentos, institui gratificação...”, conforme informações abaixo relacionadas.

I – Qual o embasamento legal para transformar o cargo de nível médio (fiscal de tributos) para o nível superior sem que o servidor tenha que prestar novo concurso? Isso não seria considerado ascensão funcional, proibida pela Súmula Vinculante n.º 43 do Supremo Tribunal Federal?

Conforme fundamentou o Ministério Público de Contas de Minas Gerais, no Julgamento da ADI n.º 4.451/DF, o STF entendeu que **não se deve confundir reestruturação, com ascensão ou provimento inconstitucional de cargos públicos, quando não se promove nenhuma modificação substancial no plexo de atribuições dos cargos**, mantendo a natureza das funções desempenhadas pelos então ocupantes.

Ainda, na **ADI 7081/BA** o Ministro Edson Fachin (Relator) fundamentou o seu voto em vários precedentes julgados pelo Supremo Tribunal Federal:

Praça JK, s/n. Centro / Unai – MG / CEP 38.610-029 / Tel.: 38 3677-9610 Ramal 9052
E-mail: gabineteprefeito@prefeituraunai.mg.gov.br



"esta Corte já se pronunciou acerca da constitucionalidade da exigência de nível superior para cargos que anteriormente tinham o nível médio como requisito de escolaridade, pois trata-se de reestruturação da administração, e não provimento derivado por ascensão: ..."

Importante citar ainda a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da **ADI 4233 / BA**, fixando que a *"exigência de curso superior para os novos candidatos ao cargo de Agente de Tributos Estaduais configura **simples reestruturação da administração tributária** estadual, fundada na competência do Estado para organizar seus órgãos e estabelecer o regime aplicável ao seus servidores, **da qual não decorre**, em linha de princípio, **qualquer inconstitucionalidade**. Precedentes."*

"ADI 4.883, Rel. Min. EDSON FACHIN, Pleno, DJe de 28/5/2020; ADI 4.303, Rel. Min. CARMEN LUCIA, Tribunal Pleno, DJe de 28/8/2014; ADI 1.561 MC, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, Tribunal Pleno, DJ de 28/11/1997; e ADI 1.591, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI, Tribunal Pleno, DJ de 30/6/2000."

No mesmo sentido é o teor do Parecer emitido pela Procuradoria-Geral da República na citada **ADI 4233 / BA**, assentando que *"o requisito de curso superior para os novos candidatos àquele cargo não encontra óbice constitucional",* e que *"o só fato de, no futuro, o cargo vir a ser ocupado por pessoas detentoras de nível superior de escolaridade não traduz provimento derivado"*.

Considerando ainda o decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da **ADI 4303 / RN**, estabelecendo, nos termos do voto da relatora, Ministra Cármen Lúcia, que a alteração legislativa cuja redação se limita a alterar o requisito de formação (de nível médio para superior), **sem modificar as atribuições, estrutura e denominação do cargo, não configura hipótese de provimento derivado ou burla ao concurso público**.

De igual modo se destaca o voto apresentado pelo Ministro Luiz Fux no julgamento da mesma **ADI 4303 / RN**, explicitando que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica exatamente em afirmar que *"quando as atribuições coincidem, não há, na verdade, que se falar em provimento derivado"*;

Por fim, convém frisar que a carreira do fisco é única, pois é específica, conforme mandamento da própria Constituição Federal. Conforme a Doutrina e o entendimento dos Tribunais, é uma carreira que pressupõe o nível superior, considerando o nível técnico para se executar as atribuições.

Praça JK, s/n. Centro / Unai – MG / CEP 38.610-029 / Tel.: 38 3677-9610 Ramal 9052
E-mail: gabineteprefeito@prefeituraunai.mg.gov.br



No entanto, por falta de lei nacional que regulamente a carreira, os Tribunais de Contas juntamente com Ministério Públicos ingressam com processos em face dos Município para regularizarem. Quando existe o cargo com provimento de ingresso o nível médio, por ser carreira única específica, deve sofrer uma reestruturação. A criação é permitida quando não existe o cargo de carreira específica no Município.

II – Onde serão reenquadrados os servidores ocupantes dos atuais cargos de fiscal de tributos e auditor fiscal da receita municipal?

Todos os servidores serão enquadrados na Classe I, Padrão A. Garantida a irredutibilidade daqueles servidores que atualmente recebem um vencimento maior. Os servidores cujo vencimento atual seja superior ao vencimento do enquadramento inicial serão enquadrados no padrão e na classe igual ou imediatamente superior ao seu vencimento atual, respeitada a irredutibilidade já mencionada anteriormente.

A tabela foi feita de modo que aqueles que recebem acima da Classe I, Padrão A, terão um local com vencimento identico ao que recebem atualmente.

III - Quais serão as atribuições acrescentadas para aumentar o vencimento no montante do Anexo IV, bem como os requisitos para fazer jus a gratificação de 100% disposta no artigo 11?

Como foi exposto na resposta da pergunta I, a qual consta processos com recomendações dos Tribunais de Contas, a remuneração deve ser condizente com a complexidade das atribuições.

O relatório de fiscalização de 2023, elaborado pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais, trata sobre a carreira específica da administração tributária:

*“As Administrações Tributárias Municipais são **atividades essenciais ao funcionamento do Estado** e devem ter as suas atividades – dentre as quais se encontra a de fiscalização tributária - exercidas por servidores efetivos investidos em carreiras específicas.*

Carreira Específica ou Típica de Estado é uma carreira diferenciada das demais, própria de Estado, com atribuições

relacionadas à expressão do Poder Estatal que integram o núcleo estratégico do Estado, requerendo, por isso, maior capacitação, autonomia, responsabilidade e independência.

Hoje, já existe uma percepção de que o Estado existe primordialmente para garantir Justiça entre os cidadãos, instituições e empresas, e de que essa garantia só será efetiva através do entendimento, pela sociedade, da importância de se conhecer e valorizar essas carreiras.

*Assim sendo, por terem tamanha importância e de atribuições tão específicas, a **carreira** de Fiscal de Tributo **demand** nível **de conhecimento elevado**, entendendo-se, nesse caso, o nível superior de formação como mínimo de exigência para investidura no cargo, assim como sua **remuneração deveria ser compatível com o seu grau de capacitação, autonomia, responsabilidade e independência.***

*O plano de carreira de fiscal de tributos deve ser estruturado em consonância com a essencialidade e a priorização de recursos prevista constitucionalmente para a função (art. 37, incisos XVIII, XXII), **adotando a gratificação por produtividade**, com base no §7º do art. 39 da CF, **vinculada ao desempenho da arrecadação em relação a metas a serem fixadas pela administração tributária.** ” <https://www.tce.mg.gov.br/IMG/relatorio-receitas-diagramado-2023.pdf>*

IV - Qual(is) o(s) critério(s) objetivo(s) para fixação da gratificação?

A gratificação por produtividade, conforme o relatório de fiscalização do TCE-MG informado na resposta da pergunta III, é vinculada ao desempenho da arrecadação a metas a serem fixadas.

É preciso esclarecer que o aumento da arrecadação não é sinônimo de aumento de impostos. De modo contrário, ao se aumentar a arrecadação com eficiência, o Município evita aumentar tributos, inclusive, podendo diminuir alíquotas e conceder isenções à população mais carente, o que pode ser aplicado com o IPTU, por exemplo.

Praça JK, s/n. Centro / Unai – MG / CEP 38.610-029 / Tel.: 38 3677-9610 Ramal 9052
E-mail: gabineteprefeito@prefeituraunai.mg.gov.br



Quanto aos demais questionamentos, faz-se necessário esclarecer que eventuais inconsistências serão supridas com o encaminhamento de um substitutivo ao Projeto de Lei 92.

Atenciosamente,

Thiago Martins Rodrigues
Prefeito



Praça JK, s/n. Centro / Unai – MG / CEP 38.610-029 / Tel.: 38 3677-9610 Ramal 9052
E-mail: gabineteprefeito@prefeituraunai.mg.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

Praça JK, S/N, Centro, Unai - MG, CEP: 38.610-000

CNPJ: 18.125.161/0001-77

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **THIAGO MARTINS RODRIGUES - PREFEITO MUNICIPAL**, CPF: 012.44*.**6-*4 em 02/12/2025 09:25:42, Cód. Autenticidade da Assinatura: **0928.1E25.142Z.7354.6805**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **5A7.274** - Tipo de Documento: **OFÍCIO - Nº 14/PMU/2025**.

Elaborado por **THIAGO MARTINS RODRIGUES**, CPF: 012.44*.**6-*4, em 02/12/2025 - 09:25:42

Código de Autenticidade deste Documento: 09X8.0R25.5428.647U.0583

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://zeropapel.unai.mg.leg.br/verdocumento>





CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

Av. José Luiz Adjuto, nº 117, Centro, Unaí - MG, CEP: 38.610-066.

CNPJ:19.783.570/0001-23.

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **DIEGO RAMIRO DA SILVA - VEREADOR PROFESSOR DIEGO**, CPF: 070.71*. **6-*8 em **02/12/2025 12:55:56**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **12Z3.6655.656H.835A.3643**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **5A7.8D4** - Tipo de Documento: **OFÍCIO - Nº 18/SACOM/2025**.

Elaborado por **NEIDE MARIA MARTINS DE MELO**, CPF: 047.19*. **6-*8 , em **02/12/2025 - 12:05:19**

Código de Autenticidade deste Documento: 12K7.5V05.119E.E786.6316

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

<https://zeropapel.unai.mg.leg.br/verdocumento>

